

A tríplice fronteira dos Comuns: Relação, território e contra-hegemonia.

Caio Cavalcanti de Albuquerque Gazziro¹

Ian Zanon Pessoa²

Lucas Pires Botta³

Resumo: O seguinte trabalho propõe uma reflexão interdisciplinar acerca do tema dos Comuns, visando evidenciar como este conceito pode operar como ponto de intersecção entre os campos da antropologia, da economia e da psicologia. Para compor tal texto, lançamos mão de autores como Negri, Harvey, Latour, Deleuze e Guattari, McKinnon e Bollier a fim de mostrar como a noção de Comuns permite uma virada interdisciplinar de caráter construtivista e pragmática nas ciências humanas. Os textos *The Future of the Commons*, de Harvey, e *The Growth of the Commons Paradigm*, de Bollier, abrem pistas para deslocar a tradicional problemática dos comuns: a escassez deixa de ser a lente explicativa, e a irracionalidade no uso dos recursos passa a ser atribuída à configuração histórica da propriedade privada. Ao abandonarem um estatuto naturalizado, os comuns deixam de figurar como uma categoria abstrata, associada a um problema e solução igualmente universais. Em seu lugar, emerge uma ontologia relacional e não-reducionista centrada no excedente (ao invés da escassez/falta) — ou na presença — que evidencia a constituição política, territorial e situada dos comuns. Com isso, a categoria passa a ser pensada a partir de sua escalabilidade, sua malha política e de implicações, abrindo espaço para um deslocamento epistemológico frente ao saber científico hegemônico. Esse olhar revela nos comuns não um problema a ser resolvido, mas uma potência explicativa para repensar as formas de vida e produção de mundo.

Palavras chave: Comuns, território, interdisciplinaridade, epistemologia, ecosofia.

1.1 Introdução – Produzindo Ecosofias: da Relevância dos Comuns

Nunca tão atual como no agora, o manifesto *Três Ecologias* (1990) de Félix Guattari é um tenro diagnóstico do cenário político e subjetivo do mundo neoliberal. 30 anos depois de sua publicação, acompanham-se súbitas mudança no cenário global, sem que, no entanto, estejam claras as consequências deste processo para as várias instâncias econômicas, sociais ou psicológicas. Como expressa Bruno Latour (2021), a pandemia de covid-19 trouxe metamorfoses: não se vive mais no mesmo mundo, não se ocupa mais o espaço da mesma forma. As justificativas e naturalizações de todo tipo sobre o comportamento humano, que seria evolutivamente ou geneticamente levado ao

¹ Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

² Graduando em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

³ Mestrando em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

neoliberalismo cederam definitivamente (McKinnon, 2021). Defrontadas com estas crescentes crises (política, econômica, climática), toca novamente à porta das ciências humanas a urgência de repensar sua história e conceituação.

Pensamos esta transformação necessária como um processo a ser acompanhado: a produção de uma variedade de *ecosofias* (Guattari, 1990), que implicam na abertura à abordagens multidisciplinares onde previamente haveria ortodoxia. Longe de querer essencializar o problema, o seguinte texto não propõe uma resposta, mas aponta na direção de uma pista específica já inicialmente feita por autores como Harvey (2011), Hardt e Negri (2009), Bollier (2015) e Guattari (1990): o Comum.

Retomando este conceito enquanto operador, se busca redefinir a relação entre conhecimento e validade das práticas acadêmicas para além da hegemonia produtivista e impessoal do capitalismo tardio. Articulando perspectivas da economia, psicologia e ciências sociais, aponta-se

Uma ecosofia que articule todas as ecologias científica, política, ambiental, social e mental é talvez chamada para substituir as velhas ideologias que sectorializam de forma abusiva o social, o privado e o civil, e que eram fundamentalmente incapazes de estabelecer junções transversais entre a política, a ética e a estética. [...] Nomeio *ecosofia* não para englobar todos estes âmbitos ecológicos heterogêneos em uma mesma ideologia totalizante ou totalitária, mas para indicar ao contrário a perspectiva de uma escolha ético-política da diversidade, do dissenso criador, da responsabilidade quanto à diferença e alteridade. (Guattari, 2013, p. 33 e 66)

O comum aponta para uma formação ecosófica na medida em que retorna sempre como uma questão em ciências humanas: às vezes a título de problema (como na economia neoclássica), mas de mais em mais a título de condição mesma de uma boa prática científica (Yves Citton, 2014; Passos, Kastrup e Escóssia, 2009; Passos, Kastrup e Tedesco, 2016).

Uma breve delineamento deste operador se faz desejável, sem almejar, entretanto, uma categorização final que fixaria o que os comuns são ou não são: trabalhar pelos comuns em toda sua variedade envolve certa rejeição da lógica formal, do conhecimento como representação de objetos (Passos e Benevides, 2009), e de uma política cognitiva realista:

Chamamos de política cognitiva um tipo de atitude ou de relação encarnada, no sentido que não é consciente, que se estabelece com o conhecimento, com o mundo e consigo mesmo. Tomar o mundo como fornecendo informações prontas para serem apreendidas é uma política cognitiva realista; tomá-lo como uma invenção, como um engendrado conjuntamente com o agente do conhecimento, é um outro tipo de política, que denominamos construtivista. Nesse sentido, realismo e construtivismo não são apenas posições epistemológicas abstratas, mas constituem atitudes investigativas diversas (Kastrup, 2009, p. 34).

Por agora, resta afirmar o caráter construtivista que emerge de tais proposições: todo comum específico é, mais além de um simples bem compartilhado, uma relação construída entre humanos e não-humanos em *um determinado lugar* (Latour, 2021), nunca em todo lugar. Ele emerge de certa relação que se produz e entretém com um território existencial (Deleuze e Guattari, 2012), que não se resume a um espaço físico, onde agente e ambiente são um par em mútua constituição e se expressa esta relação.

É neste sentido que um comum sempre diz respeito a um território. Ele remete a uma proximidade não-geográfica, aquela do engajamento e da intensidade (Latour, 2021), envolvendo-o na dimensão do cuidado, da coexistência. É, similarmente, nesta direção que se critica a visão economicista sobre os comuns: entendê-los como recursos sob a lógica da abstração e da escassez é perder de vista as características singulares mesmo de sua existência, além das condições de sua emergência e manutenção.

Tal perspectiva entende como se estes fossem recursos espontaneamente encontrados *por aí* pelas comunidades, e que deveriam durar eternamente em perpétua ascensão produtiva. A vida que diferentes grupos tiram destes comuns seria aquela de indivíduos explorando um *ambiente*. Em uma analogia sagaz, Latour (2021) afirma:

É estranho que os manuais de geologia ou de biologia afirmem, em tom de deslumbramento, que os organismos vivos teriam “por acaso” encontrado na terra as condições ideais para se desenvolverem ao longo de bilhões de anos: [...] não há de forma alguma um meio ambiente. Isso equivaleria a felicitar uma formiga pela sorte de estar num formigueiro tão providencialmente bem aquecido, tão agradavelmente arejado e tão frequentemente limpo de seus dejetos. (p.24)

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Em campos acadêmicos mais ocupados pela hegemônica presença neoliberal, um tal projeto epistemológico baseado na oposição fundante à um individualismo pressuposto, propondo sua substituição por uma abordagem relacional (Venturini, 2010), será descrito e certamente descartado como relativístico em natureza. A posição dos comuns, no seio de uma encruzilhada acadêmica, não precisa ser um fator de invalidação. No intuito de melhor explorar estas várias dimensões co-extensivas, vale um retorno à história de sua inserção nos debates nas ciências econômicas. Em seguida, e no intuito de demonstrar que um tal interesse pelos comuns não é uma nota de rodapé puramente abstrata – e sim um princípio fundante na produção científica válida nas humanidades, será apresentado o método da cartografia.

Subsequentemente, será realizado um resgate dos argumentos econômicos de Marx, Sraffa e Bataille, visando o pilar argumentativo desta conclusão mesma: o paradigma econômico da escassez como princípio. A última sessão deste trabalho se dedicará a um dos casos mais interessantes de comum presente no território brasileiro: as Reservas Extrativistas, buscando valorizar estas experiências econômicas tão singulares e distribuídas pelos múltiplos estados da federação.

1.2 *A tragédia dos comuns 5 décadas depois*

Em 1968, Garret Hardin publicou na Science o artigo que marcaria de forma duradoura os debates sobre os recursos compartilhados: “The Tragedy of the Commons”. Sua hipótese era que quando um recurso é de acesso livre, cada indivíduo teria incentivo a maximizar seu ganho privado, gerando sobre-uso e destruição coletiva. A única saída, para ele, portanto era “mutual coercion, mutually agreed upon” – privatização ou controle estatal (Hardin, 1968). Essa formulação tornou-se rapidamente um mantra da economia ambiental, legitimando cercamentos e políticas de privatização em escala global.

Duas décadas depois, a nobel Elinor Ostrom rompeu com esse determinismo pessimista de Hardin. Em *Governing the Commons* (1990), ela demonstrou que comunidades reais são capazes de gerir recursos coletivamente, desde que disponham de arranjos institucionais adequados. Sua pesquisa identificou princípios recorrentes: limites bem definidos, regras adaptadas às condições locais, arranjos de escolha coletiva, monitoramento comunitário, sanções graduais, resolução de conflitos, reconhecimento

externo e governança em múltiplas escalas. Ostrom mostrou, assim, que a tragédia não é destino inevitável (mas não deixa de ser possibilidade): “individuals can and often do devise ingenious and eminently sensible ways to manage common property resources” (Harvey, 2011, p.102).

Contudo, essa perspectiva, ligada ao neo-institucionalismo, embora rompa com o pessimismo de Hardin, mantém-se na lógica da eficiência econômica, sem questionar os pressupostos de escassez que fundamentam a tragédia e justificam uma lógica de apropriação típica do capitalismo. Além disso, como ressalta David Harvey (2011), os exemplos de Ostrom concentram-se em comunidades relativamente pequenas, raramente superando algumas dezenas de milhares de usuários, o que revela um “problema de escala”: soluções eficazes localmente não necessariamente se traduzem em respostas para desafios regionais ou globais, como as mudanças climáticas. Outro limite é a ênfase quase exclusiva em recursos naturais (florestas, rios, pesca), deixando de lado outras dimensões dos comuns — culturais, urbanos ou intelectuais — que também são alvo de processos de cercamento e mercantilização.

É nesse ponto que David Harvey desloca o foco da questão. Hardin, ao imaginar um pasto aberto para gado de proprietários privados, naturalizou o problema como inerente ao comum. No entanto, como observa Harvey:

If the cattle were held in common, of course, the metaphor would not work. It would then be clear that it was private property in cattle and individual utility-maximizing behavior that lay at the heart of the problem” (Harvey, 2011, p.101).

A tragédia não está no comum em si, mas na lógica da propriedade privada e da maximização individual. Em consonância aos apontamentos de Harvey, Hardt e Negri (2009) enfatizam que o capitalismo contemporâneo nasce e se desenvolve a partir da captura do que já é comum:

Increasingly today capitalist accumulation is a predatory operation that functions through dispossession, by transforming into private property both public wealth and wealth held socially in common (p. 138).

É justamente nesse ponto que se torna necessário repensar o comum não como um “recurso” passível de apropriação, mas como um campo de práticas sociais irreduzíveis à lógica da escassez. A partir daí, abre-se um horizonte distinto: em vez de olhar para os comuns a partir da “tragédia”, é preciso partir do próprio comum como fundamento da vida social. Bollier insiste que “the commons is an active, living process. It is less a noun than a verb because it is primarily about the social practices of commoning” (Bollier, 2015, p.2). O comum não é um objeto delimitado a ser gerido, mas um processo vivo de cooperação, negociação, cuidado e criação de mundos.

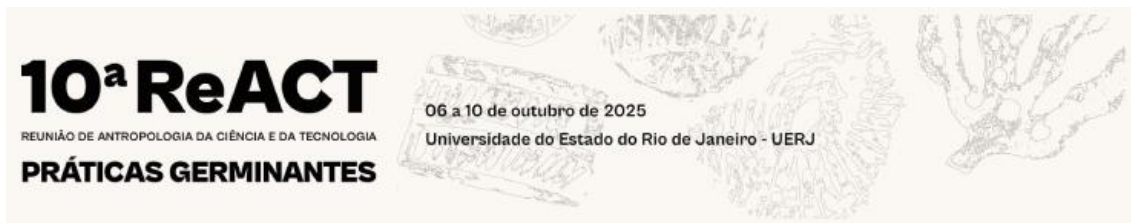
O que ele apresentava como uma falha estrutural do comum é, na verdade, uma falha nos dispositivos de captura que subordinam os comuns à lógica da valorização. Bollier é incisivo ao afirmar: “without the commons language, these social realities remain culturally invisible or at least marginalized — and therefore politically inconsequential” (2015, p.3). Ou seja, quando os comuns são tratados como meros “recursos”, sua dimensão viva desaparece, e o que se naturaliza é a perspectiva econômica da escassez, uma vez que

Increasingly today, production and wealth cease to obey the logic of scarcity. If you use that idea productively, I can use it too, at the very same time. In fact, the more of us that work with an idea, the more productive it becomes” (Negri & Hardt, 2009, p. 381).

A tragédia, nesse sentido, não está no comum, mas no apagamento político de sua gramática própria e irreduzível.

A noção de *commoning* ajuda a retomar esse fio. Não se trata de um modelo fixo de governança, mas de um ethos: “acts of mutual support, conflict, negotiation, communication and experimentation that are needed to create systems to manage shared resources” (Bollier, 2015, p.2). Por isso, ao contrário da caricatura de Hardin, os comuns não se esgotam em um dilema de incentivos individuais: eles são simultaneamente sustentados por e a base de redes de valores, práticas e instituições que se constroem no tempo.

1.3 O *Ethos* Cartográfico e a preocupação com uma Atenção Conjunta



Existem diferentes formas de empregar o comum enquanto operador, optou-se por, dentre estes, recorrer à cartografia como um exemplo notável. A cartografia é uma metodologia de pesquisa-intervenção inventada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1991) e amplamente expandida no contexto latino-americano, especialmente no Brasil⁴. Ela é menos um método *em-si*, no sentido original da palavra que imagina uma forma prescritiva de realização de objetivos claros circunscritos por regras já dadas (Passos e Benevides, 2009), e mais uma inversão deste imaginário. Nas palavras de Passos e Benevides (idem):

O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método – não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então afirma um *hódos-metá*. (p.17)

É também neste sentido em que a cartografia se afirma enquanto uma metodologia de pesquisa processual: ela parte, de princípio, da processualidade do mundo – do caráter perpétuamente emergente da relação entre sujeito do conhecimento e mundo conhecido (Passos e Benevides, 2009). Por consequência, se considera sempre o efeito do pesquisador sobre seu campo de pesquisa: toda pesquisa, por mais teórica, é também intervenção na medida em que produz uma realidade.

Nesta direção, concebe-se menos a pesquisa como uma representação de um objeto já estabelecido no mundo (Pozzana e Kastrup, 2009), e mais como o acompanhamento de singularidades em processos de perpétua transformação de suas redes de afetos, conhecimentos e práticas. Estas peças estabelecidas, se faz imprescindível ressaltar que nesta perspectiva, os dados necessários a uma pesquisa não estão “já no mundo”, ao aguardo de serem colhidos (Alvarez e Passos, 2009). Eles necessitam ser cultivados, e isso envolve um certo *ser-no-mundo* do cartógrafo, um *ethos*:

A cartografia parte do reconhecimento de que, o tempo todo, estamos em processos, em obra. O acompanhamento de tais processos depende de uma atitude, de um *ethos*, e não está garantido de antemão. [...] O acompanhamento de processos exige também uma dimensão coletiva do conhecimento. Há um

⁴ A cartografia tira grande inspiração do método etnográfico e das práticas clínicas de Guattari.

coletivo se fazendo *com* a pesquisa, há uma pesquisa se fazendo *com* o coletivo.
(Pozzana e Kastrup, 2009, p.74)

Adentra-se aqui, finalmente, o cerne da questão dos comuns dentro das metodologias de pesquisa processuais nas ciências humanas. Foram apresentadas uma variedade de características próprias aos comuns, seja enquanto bens materiais, geográficos, coletivos ou conceituais: eles remetem sempre à perpétua criação e renovação de um vínculo com um território existencial – por isso a habitação de um tal campo de pesquisa pelo cartógrafo, no sentido de sua presença, abertura e implicação, é imprescindível (Alvarez e Passos, 2009).

É nesta direção que a cartografia requer do pesquisador sua implicação com o território que estuda e os vínculos que estabelece, buscando sempre a produção de um conhecimento integrado com a experiência, e não sobre esta: por isso, dentre outros motivos, cartografar é um pesquisar *com* (Kastrup e Passos, 2016), que se envolve na composição de um plano comum. um nível mais profundo, a experiência de atenção conjunta é uma de aprendizagem de diferentes valorizações: ela nos ensina novas formas de perceber, sentir e agir no mundo. Por causa de tal fenômeno que se compreende a centralidade da atenção conjunta (Citton, 2014): os comuns sendo relacionais e sempre envolvendo um aspecto coletivo, se faz imperativa a atenção às atenções do coletivo em questão e – mais importante – o aprendizado destas atenções.

Explicitada esta relevância do comum no método da cartografia e as consequências pragmáticas produzidas por um tal deslocamento paradigmático nas humanidades, se faz desejável explorar a dimensão econômica do estudo dos comuns, de forma a legitimar em uma variedade de âmbitos as formas de existência e práticas em ciências humanas que se apoiem neste fundamento eminentemente anti-capitalista.

2.0 Da Escassez ao Excedente/Excesso

Dentro das ciências econômicas, os comuns (assim como qualquer objeto de interesse da análise econômica) são compreendidos à luz do programa teórico sistematizado pelos marginalistas no final do século XIX a partir das obras de “economia pura” de Walras, Jevons e Menger. Programa este que se consolidou sob a nomenclatura de “economia neoclássica” com o artigo de Hicks (1932, p. 84): “Marginal productivity

and the principle of variation”. É sobre os pilares da análise econômica neoclássica que a chamada “Tragédia dos Comuns” de Hardin é hoje formalizada e disseminada nos cursos de microeconomia convencionais.

2.1 A economia como ciência da escassez: o paradigma neoclássico

A teoria econômica neoclássica, basilar teórico da chamada “economia ortodoxa”, estrutura-se a partir da escassez como condição universal⁵. Como afirma Robbins (1932), trata-se de uma ciência que estuda o comportamento humano diante de fins ilimitados e meios escassos com usos alternativos.

Com base nesse princípio abstrato, constrói-se uma teoria geral da otimização: dadas preferências ($U(x)$), tecnologia ($f(K,L)$) e dotações iniciais (K_0, L_0) como fatores exógenos, haveria sempre uma combinação ótima de bens (x^*) e insumos (K^*, L^*) que maximiza a utilidade dos consumidores e o lucro das firmas endógenas a esses fatores. O equilíbrio competitivo emerge via preços flexíveis e concorrência, sob condições ideais (ausência de externalidades)⁶.

No agregado, esse processo gera uma alocação eficiente no sentido de Pareto: uma situação em que não é possível melhorar a condição de alguém sem piorar a de outra pessoa.

Nesse horizonte, a chamada “tragédia dos comuns” emerge na medida em que essas condições ideais são impossibilitadas por algum arranjo institucional. Quando há um recurso compartilhado (por exemplo, um pasto), cada agente guia-se pelo produto

⁵ Os neoclássicos, como já mencionado, pretendiam demonstrar que todas as variáveis econômicas do capitalismo (salários, preços relativos, taxa de lucro, taxa de juros, etc) poderia ser explicada por mecanismos de mercado que, sob as condições ideais, faria cada agente arcar e ser remunerado por seu devido custo/contribuição.

⁶ Em síntese, essas condições se realizam quando:

- Para consumidores: (i) a taxa marginal de substituição $U_{mg}(a)/U_{mg}(b)$ entre os bens é igual aos preços relativos P_a/P_b ; (ii) a cesta escolhida respeita a restrição orçamentária ($y - p_a \cdot a + p_b \cdot b = 0$)
- Para produtores: o valor do produto marginal (P_{mg}) de cada fator iguala-se ao seu custo marginal (C_{mg}): $P_{mg} = C_{mg}$

médio de seu uso $\left(PM = \frac{\text{Produto Total}}{n} \right)$, e não pelo produto marginal. Isso implica que a quantidade produzida tende a ser expandida até o ponto em que o produto médio se iguala ao custo marginal ($PM = Cmg$) — ou seja, $Pmg < Cmg$. O resultado é a sobre-exploração: enquanto o produto médio permanecer positivo, cada indivíduo tem incentivo a ampliar seu uso, mesmo que o produto marginal esteja em queda e já não cubra o custo social, levando o recurso além de sua capacidade sustentável.

Essa formulação repousa sobre o individualismo metodológico, que é incontornável à abordagem da escassez. Mesmo a solução proposta por Elinor Ostrom, já abordada, ainda opera dentro dessa lógica: sua proposta de autogovernança opera como um sofisticado mecanismo de internalização de custos sociais em custos individuais que emerge de baixo para cima, apesar do rompimento com o dualismo Estado/mercado de Hardin, ela manteve o foco na gestão eficiente de recursos finitos e rivais.

Nessa perspectiva, a tragédia dos comuns surge apenas porque os agentes não internalizam tais custos em suas decisões privadas, o que justificaria soluções que buscam corrigi-los — seja via privatização e regulação estatal, seja por meio da gestão comunitária de Ostrom. Esta visão apaga não só a historicidade e as dimensões políticas dos modos de apropriação coletiva, como também se mostra inadequada para os “novos comuns”, como o conhecimento e a cultura, que, por serem não-rivais, geram abundância pelo uso compartilhado — uma “cornucópia dos comuns” (Bollier, 2006) — e desafiam a própria premissa da escassez.

Mas, como veremos a seguir, embora o individualismo metodológico seja incontornável à abordagem econômica centrada na escassez, ele não é incontornável para toda abordagem econômica: uma vez que a abordagem da escassez nem sempre foi a regra. No seio da economia clássica, pensadores como Petty, Quesnay, Smith, Ricardo e Marx lançavam um olhar para a economia mercantil-capitalista pela ótica do excedente⁷,

⁷ ao qual Marx chama pelo termo “mais-valia”, o excedente é o produto líquido acima do necessário para a reposição dos insumos, justamente aquele montante do valor que aparece no capitalismo como “trabalho não-pago”. A questão central a ser respondida para os economistas clássicos, a partir dessa abordagem, era compreender as “leis” de distribuição da remuneração entre os fatores (ou classes) dentro do capitalismo.

que foi sendo substituído apenas no final do século XIX pela abordagem centrada na escassez⁸.

2.2 O paradigma do excedente e do excesso

A tradição do excedente dentro da economia política tem raízes em Petty (“Aritmética Política”) e ganha formulação sistemática no *Tableau Économique* de Quesnay, em que a economia surge como circuito reprodutivo capaz de gerar produto líquido. Smith generaliza essa intuição ao propor o valor fundado no *labour commanded*, tratando a distribuição do excedente entre salários, lucros e rendas como questão central. Mercado e concorrência aparecem apenas como mecanismos reguladores: equalização da taxa de lucro entre setores (concorrência extra-setorial) e gravitação dos preços de mercado em torno dos preços de produção (concorrência intra-setorial).

Ricardo e Marx (2013, 2017)⁹ aprofundaram essa tradição. Ricardo sustentava que o valor dependia da quantidade de trabalho (2018, p. 23), mas reconheceu que o capital fixo “consideravelmente modificava” essa regra (2018, p. 35). O aumento de salários afetava setores de modo desigual, rompendo a proporcionalidade entre preços e trabalho incorporado e levando-o à busca, sem sucesso, por uma “medida invariável do valor”.

Marx parte da mercadoria enquanto unidade dialética entre valor de uso e valor de troca (exteriorização do valor). O valor tem como sua substância o trabalho abstrato e como sua grandeza o tempo socialmente necessário. No Livro III d’O Capital, mostra que, se mercadorias fossem vendidas por seus valores, capitais com composições diferentes teriam lucros desiguais. A concorrência, porém, leva à taxa geral de lucro (2017, p. 351), e as mercadorias são vendidas a preços de produção, isto é, custo ($c+v$) somado ao lucro médio. Assim, setores intensivos em capital vendem acima do valor e os intensivos em trabalho, abaixo, mas “a soma dos preços de produção é igual à soma de seus valores” (2017, p. 244). O fundamento da lei do valor permanece, apesar dos desvios

⁸ Embora já houvessem tentativas anteriores feitas pela tradição chamada por Marx de “vulgar” – James Mill, Nassau Senior, Bastiat, etc)

⁹ Importante ressaltar que a interação da Marx com a assim chamada “economia política clássica” é em movimento de crítica, há muitas continuidades e descontinuidades (afirmações e negações) entre Marx e os demais economistas políticos. Entretanto, é importante reconhecer que, assim como os clássicos, Marx parte a sua crítica de um olhar centrado no excedente.

individuais. Como explica Serrano (2008a), podemos identificar um “problema do valor” (co-determinação entre taxa de lucro e preços relativos) como núcleo analítico da abordagem do excedente presente nos clássicos.

O procedimento da transformação de valores em preços elaborado por Marx foi alvo de muitas críticas, uma vez que a taxa de lucro era calculada partindo de insumos dados (e não transformados), gerando debates até hoje sobre “O Problema da Transformação”. Sob hegemonia da escassez, economistas como Böhm-Bawerk e Samuelson exploraram isso como prova da falência do paradigma do excedente. Mas a Controvérsia de Cambridge (década de 1960) mostrou que a teoria neoclássica lidava com um problema de ordem análoga ao problema do valor: o capital agregado só pode ser medido em preços relativos, que dependem da taxa de lucro, que, por sua vez, dependeria da “escassez” de capital. Ou seja, uma circularidade insolúvel¹⁰.

A controvérsia abriu os horizontes para que a antiga tradição do excedente se revitalizar, o problema do valor que outrora aparecia para tal abordagem se mostrou um impasse técnico¹¹, Sraffa (1980) demonstrou que, dados tecnologia e salários reais, é possível determinar simultaneamente preços relativos e taxa de lucro com álgebra linear¹². Assim, enquanto a escassez gera uma indeterminação estrutural (oriunda do elemento mais basilar de sua teoria: o individualismo metodológico), a tradição clássica, retomada por Sraffa, supera a dificuldade mantendo o foco no excedente (Serrano, 2008a; 2008b).

Sraffa, ao recuperar a abordagem do excedente, mostrou que a economia pode ser entendida como um processo coletivo em que o excedente é produzido e depois disputado. Os preços e a taxa de lucro não emergem de uma mecânica automática de substituição

¹⁰ Essa disputa teórica explicitou o caráter ideológico do projeto neoclássico de reduzir a esfera política a escolhas individuais e naturalizar a remuneração do capital como resultado de “preferências” e “produtividade marginal”: a teoria pressupunha aquilo que precisava demonstrar: a redutibilidade da vida social.

¹¹ Enquanto na abordagem da escassez, a co-determinação entre preços relativos e taxa de lucro gerava um impasse que derrubava as próprias bases da teoria (isto é, o reducionismo e o individualismo metodológico), na abordagem do excedente tratava-se de um problema analítico: os clássicos tentavam lidar com ele sob um procedimento sequencial (no caso de Marx, tentava-se calcular a taxa de lucro, e em seguida os preços de produção), alterando-se o procedimento para um cálculo simultâneo, o problema desaparece.

¹² Como destaca Serrano (2009), a solução sraffiana não invalida Marx e suas contribuições — mais-valia, conflito capital-trabalho, fetichismo — mas lhe confere rigor

entre fatores, mas de relações estruturais que vinculam tecnologia, distribuição e conflito social. Nesse sentido, a distribuição da renda não pode ser tratada como um processo endógeno aos mecanismos de mercado, ao invés disso, ela aparece em sua natureza política: o excedente é resultado de um processo de conflito e classes sob o capitalismo.

A abordagem clássica do excedente projeta-se, em certo sentido, como uma ontologia relacional: diferente da tradição neoclássica, centrada na escassez e em agentes isolados, em que o "todo" econômico é meramente o agregado das partes (abordagem reducionista comumente chamada por 'individualismo metodológico'), Sraffa concebe cada mercadoria como nó em uma rede de interdependências. Assim, preços, valores ou qualquer outra "forma econômica" são sempre contextuais e sistêmicos. Sua obra não busca uma teoria totalizante, mas um sistema analítico aberto, que “pone in rilievo l'esistenza di una serie di problemi esterni al suo ambito, distribuzione, livelli di attività, tecnologia” (Roncaglia, 1975, p.141 apud Santos, 1993, p.13). Essa abertura expressa a dimensão antropológica da economia, como explica Santos (1993):

ao reduzir o seu problema e deixar o seu sistema aberto, Sraffa implicitamente está inserindo o aspecto antropológico na economia, isto é assim como os jogos de linguagem dependem da aldeia, também o jogo econômico depende do seu contexto histórico, isto é, da “aldeia” em que está inserido (p.11).

Essa abertura encontra eco nas observações de Mauro Almeida a partir da obra de Sraffa: ao conceber a economia como um “universo de mercadorias produzidas por meio de mercadorias”, Sraffa evidencia não apenas a interdependência estrutural dos bens, mas também os seus casos-limite — os recursos naturais, “entes não-produzidos”, e os mercados futuros, “entes que se pressupõe virão a ser” (Almeida, 2013, p. 9). A teoria do excedente, portanto, não se fecha em uma lógica auto-suficiente, mas deixa sempre um resíduo ontológico.

Bataille (2023), em um movimento análogo ao de Sraffa, ao pensar a “economia geral” pela ótica do excesso (excedente) inútil, do desperdício e do dispêndio, possibilita encarar os “resíduos ontológicos” e mobilizar a “dimensão antropológica” da abordagem sraffiana, ao possibilitar o olhar para o excedente como uma “produção de coisas e de pessoas por meio de coisas e de pessoas”, como propõe Almeida (2013, p. 7).

Enquanto Sraffa se concentra na estrutura de preços e na distribuição entre os fatores de produção dentro de uma economia capitalista, Bataille (2023) desloca a análise para um novo horizonte: todo sistema vivo recebe mais energia do que o necessário para se manter, e essa energia excedente, ao não poder ser reinvestida indefinidamente em crescimento, deve necessariamente ser dissipada.

Como ele afirma,

o organismo vivo, na situação determinada pelos jogos da energia na superfície do globo, recebe em princípio mais energia do que é necessário para a manutenção da vida; a energia (a riqueza) excedente pode ser utilizada para o crescimento de um sistema (de um organismo, por exemplo); se o sistema não pode mais crescer, ou se o excedente não pode ser inteiramente absorvido em seu crescimento, é preciso necessariamente perdê-lo sem lucro, despendê-lo, de boa vontade ou não, gloriosamente ou de modo catastrófico. (Bataille, 2023, p. 45).

Esse princípio remete à própria fonte da vida: “a origem e a essência de nossa riqueza estão dadas na radiação solar, que dispensa energia — riqueza — sem qualquer retorno. O sol dá sem nunca receber” (Ibid). Ou seja, o excesso é constitutivo da vida porque a energia solar é, em si, um fluxo incessante e gratuito, que alimenta os organismos para além da simples necessidade de sobrevivência. Quando o crescimento atinge seus limites, surge a “necessidade de perder a energia excedente que não pode ser usada no crescimento de um sistema”, pois “apenas a impossibilidade de continuar crescendo abre espaço para o gasto” (Ibid.).

O excedente passa a ser encarado não apenas como chave de leitura econômica, mas como a própria condição da vida. Daí que rituais, guerras, festas e manifestações artísticas aparecem como modos coletivos de consumo improdutivo do excesso — aquilo que Bataille chama de formas de dispêndio, necessárias para evitar que a energia acumulada se torne destrutiva.

2.3 Excedente e Comuns: um olhar relacional

O excesso de Bataille articulado à abordagem econômica de Sraffa permite uma reavaliação dos bens comuns sob uma lógica profundamente humana e social. Em vez de

medi-los pela “produção ótima” ou eficiência alocativa, o foco desloca-se para a mobilização e partilha do excedente, manifestada em práticas de gasto, redistribuição e criação coletiva.

Na análise sraffiana, os comuns podem ser compreendidos como “bens básicos” ao “sistema de bens”: se desaparecem, todo o processo colapsa, de modo que sua contribuição é “infinita” e seu preço, uma questão política: “the contribution of nature is infinite, and its price is a matter of political decision” (Verger, 2015, p. 11)¹³.

Esse raciocínio contrasta com a lógica da “tragédia dos comuns” da abordagem da escassez, pois os problemas de “sobre-uso” não se explicam por uma suposta ausência de preços, mas revelam que é justamente a lógica da precificação o cerne da destruição. Se o valor da natureza — e, por extensão, dos comuns — é estruturalmente incalculável, rios, florestas, ar, conhecimentos e relações sociais não podem ser reduzidos a insumos substituíveis. São pré-condições da vida coletiva e, portanto, um tipo singular de “bens”.

Posicionar os comuns dessa maneira é compatível com a concepção de *commoning* proposta por Bollier (2015, p.2), uma vez que o “comum” não é um estoque mensurável, mas posiciona-se como “condição de possibilidade” para um processo vivo de cooperação, negociação e cuidado. O excedente só adquire sentido enquanto disputado e redistribuído por práticas coletivas; do mesmo modo, o comum só existe enquanto continuamente produzido por essas práticas. Assim, a perspectiva do excedente encontra no *commoning* não apenas uma tradução política, mas a dimensão processual que lhe garante permanência e vitalidade.

É nesse ponto que a economia geral de Bataille se alia à leitura sraffiana. Se o olhar econômico do excedente demonstra que o valor da natureza e dos comuns é infinito, Bataille oferece uma lógica de enfrentamento: uma economia fundada na “despesa” e não na acumulação. Enquanto a modernidade converte o excedente em capital reinvestido,

¹³ Em termos formais, como ilustra Verger podemos representar os preços por meio da equação: $(1+\pi)Ap + wl = Bp$. Onde A e B são as matrizes de insumos e produtos, “p” o vetor de preços, “w” o salário e “ π ” a taxa de lucro. Quando se introduz um insumo “não produzido” como a energia solar, a equação se torna: “ $Ap + epe = Bp$ ” em que “e” representa a entrada de insumos não “produtíveis”, ou que são “pré-condições” para a produção, “pe” o seu “preço”. Se tal insumo for retirado ($e=0$), o sistema inteiro deixa de se reproduzir. Isso mostra que a contribuição da natureza (e o raciocínio estende-se aos comuns) é estruturalmente incalculável, pois sem ela não há produção possível. Como sintetiza Verger, “valuation is a political act, a result of social choice and power relationships” (VERGER, 2015, p. 9).

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Bataille enfatiza a importância do “desperdício, da perda, do sacrifício”, que desafiam a utilidade e revelam uma dimensão vital do excesso. Combinadas, essas abordagens abrem uma hermenêutica dos comuns que vai além da preservação ou otimização: mostram que a vida social e econômica é sempre mediada pelo dispêndio, pela partilha e pela reinvenção coletiva, e que só ao reconhecer o “excesso” como fundamento — e não a escassez — é possível mobilizar os comuns para além da tragédia.

Enquanto a teoria da escassez busca explicar arranjos econômicos não capitalistas a partir de princípios supostamente universais — os mesmos usados para analisar o capitalismo, como o comportamento maximizador ou a utilidade marginal, —, uma abordagem centrada no excedente permite compreender como os comuns são produzidos e geridos em cada arranjo econômico segundo suas próprias regras e dinâmicas internas. Essa perspectiva dispensa a necessidade de recorrer a princípios universais e mostra-se amigável para analisar casos concretos, como as reservas extrativistas, com suas distintas formas de partilha e organização econômica.

3. Conclusão: O caso das reservas extrativistas

A partir do começo dos anos 80, uma efervescência de movimentos sindicais, associações civis e transformações começam a mudar o rumo da Amazônia brasileira, a partir de uma abrupta e inesperada comoção que mudaria o sombrio destino previsto para suas florestas e os povos que as habitam (Almeida, 2004, p. 35). Nos anos 70, tudo apontava para um processo cada vez mais intenso e implacável de exploração predatória das terras amazônicas, que pairavam sobre os olhares famintos de madeireiros, gigantes da agropecuária, forças militares e do capital internacional.

A marcha inexorável do progresso se aproximava e pretendia soterrar ribeirinhos, caboclos, indígenas, quilombolas e mais qualquer um que ousasse entrar na frente. Os seringueiros, assim como pescadores, caçadores, pequenos agricultores e todos aqueles que deviam sua subsistência ao extrativismo bradavam uma bandeira anacrônica, símbolo de atraso econômico e incondizente com o projeto desenvolvimentista nacional. A borracha já não representava uma centelha da importância que tinha em 1912 para a economia nacional, e desde a segunda guerra mundial a sua extração vinha sendo

gradualmente esquecida, tal qual aqueles responsáveis pela mesma (Almeida, 2004, p. 39).

Entretanto, apesar da situação desfavorável, a população amazônica (em especial os acreanos que permeavam o rio Juruá) não cederiam tão facilmente. Em Xapuri (AC) e Brasília (AC) eram realizados Empates, nome pelo qual ficou conhecido as práticas de impedir as queimadas e a derrubada de florestas por peões armados com motosserras. Apesar do apoio de partidos e de diversas organizações, o sindicato rural responsável por esses empates começou a se enfraquecer diante da extensão da ofensiva madeireira, e uma nova estratégia teve que ser adotada.

Em 1985 Chico Mendes fundou o Conselho Nacional dos Seringueiros e conseguiu empreitar um empate com mais de 100 seringueiros e com repercussões midiáticas inéditas. A situação escalou de tal modo que o governo foi obrigado a negociar com eles. Um grande evento foi organizado onde estavam presentes não apenas líderes sindicais de toda a Amazônia, mas também professores, estudantes, políticos, técnicos e burocratas. A partir daquele momento, um impasse surgiu. Os seringueiros não sabiam que seu sonho de prover borracha para o resto do Brasil e do mundo tinha sido permanentemente comprometido pela produção domesticada nas colônias britânicas na Ásia (que ofereciam qualidade e quantidade muito superiores), e os representantes do governo não sabiam o que fazer com os seringueiros, uma vez que o problema foi trazido a público (Almeida, 2004, p. 43).

A solução veio de Osmarino Rodrigues, um dos mais radicais sindicalistas-seringueiros: ele disse: “Eu gosto de perguntar o significado de palavras que não conheço. Ouvi falar em ecologia. O que é ecologia?”. Ele sabia onde queria chegar. E continuou depois da resposta: “Se não querem nossa borracha, podemos oferecer essa ecologia. Isso nós sempre fizemos” (Almeida, 2004, p. 44).

Surgiu dessa reunião o primeiro registro de Reserva Extrativista. O princípio era garantir o “direito perpétuo de usufruto” de terras da união unidas em uma propriedade coletiva, com inspiração nas também recém criadas reservas indígenas. A impossibilidade de venda da terra combatia os riscos da privatização e do desmantelamento da comunidade (Almeida, 2004, p. 45). Dessa maneira, os seringueiros conseguiram se absolver de sua condenação teleológica, desvencilhando-se da marginalização,

proletarização e apagamento cultural e epistêmico através da primeira expropriação coletiva de terras por povos da floresta (Almeida, 2004, p. 49).

Obviamente isso não resolveu todos os problemas, e nos próximos 15 anos observou-se uma negligência severa do poder público que foi cara aos seringueiros (Almeida, 2002, p. 3), mas isso não impediu que as RESEX ganhassem em popularidade pelo resto do Brasil, que atualmente reside 96 reservas que somam ao todo 15,7 milhões de hectares de terra gerida coletivamente pelas comunidades (WWF, 2021).

Entretanto, uma questão continua: como as populações que habitam a região continuam tão pobres, mesmo em um lugar de tanta abundância? (Almeida, 2002, p. 5) a resposta típica seria a falta de proveito desses recursos, que estariam sendo subutilizados por conta de sua preservação, que terminaria por comprometer o progresso. Porém Mauro aponta que isso não passa de um problema de paradigma.

As RESEX passam a fazer sentido quando se considera que a preservação da biodiversidade é o produto principal produzido por ela, que garante uma forma de produção sustentável e renovável. A crise, portanto, não está no extrativismo, mas sim na perspectiva que o acompanha:

Uma mudança de paradigma é uma mudança na maneira de ver o mundo: uma mudança não apenas nos nomes das coisas familiares, mas na própria idéia que temos a respeito do que vemos. A mudança de paradigma inverteu forma e fundo, e o principal exemplo é o seguinte, dado por Mary Allegretti. Um enquanto um seringueiro extrativista tinha sua produtividade avaliada como baixíssima porque necessitava de 300 hectares de floresta para produzir meia tonelada de látex, em contraste com um seringueiro de plantação que necessitava de apenas 1 hectare. A mudança de paradigma é assim: fechamos os olhos, e ao abri-los de novo o mesmo seringueiro extrativista passou a ter sua produtividade avaliada como altíssima, porque pode conservar 300 hectares de floresta tropical (...) O que era produto (o látex) virou custo de produção; o que era custo de produção (a floresta) virou produto. (Almeida, 2002, p. 5)

A relação dessas populações com seus territórios permitem uma capacidade de reprodução a longo prazo desses sistemas agroflorestais, garantindo uma produção permanente, sem desgaste como é o caso do solo na agricultura convencional, permitindo gerar valor para o futuro. Através das redes comunitárias que os envolvem, os comuns

conseguem se perpetuar apesar das tentativas de superexploração a curto prazo do capitalismo.

Political ecology sees the enclosure of the common/s as a fundamental cause of environmental degradation via the encroachment and cutting of forest areas, the reduction of biodiversity in monoculture and plantation regimes, habitat contamination and the extermination of wildlife (...) This approach allows us to see how, in the process of annihilating the common/s, violence against humans and natural habitats is inextricably linked (Peluso and Watts 2001) via 'environmental violence' (Barca 2014a). In our understanding, environmental violence is not only a material phenomenon, but entails a very important symbolic dimension. In classical political economy, the common/s were considered as waste, in the sense that they were seen as a missed opportunity for increasing production via private appropriation and capital investment—the improvement ideology (Barca 2010). The non-productivity (or low productivity) of both labour and natural resources in a common/s regime is thus a basic axiom of capitalist political economy. An important consequence of this ideology is that violence against the common/s is often legitimized as necessary in order to increase productivity as expressed by the hegemonic discourse of GDP growth (BARCA; MILANEZ, 2021, p. 321).

Através da conservação dos comuns, não apenas os seringueiros e outros povos extrativistas conseguem conservar a biodiversidade e produzir a longo prazo como também se inserir em mercados modernos e acessar direitos sem se submeter à dicotomia moderna que condena os indivíduos a escolher entre a acumulação devastadora e a marginalização (Almeida, 2002, p. 20).

Como Mauro afirma, uma mudança de paradigma é uma mudança na maneira de ver o mundo (Almeida, 2002, p. 7). Seja no exemplo das RESEX, da pesquisa cartográfica ou da abordagem econômica, o paradigma do excedente nos permite observar um horizonte do possível (Almeida, 2004, p. 49) até então ofuscado pelo individualismo, onde o processo de communing nos permite dispendar nossos excedentes nas ecosofias que cada território existencial considera prioritária, sejam ambientais, sociais ou econômicas, contrapondo as hegemonias totalizantes e homogeneizantes com uma multiplicidade afluyente de comuns distintos, uma cornucópia infinda de possibilidades.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. **Caipora e outros conflitos ontológicos**. Revista de Antropologia da UFSCar, v.5, n.1, jan.-jun., p.7-28, 2013

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. **Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 55, p. 33–52, jun. 2004. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200003>>. Acesso em: 19 set. 2025

ALMEIDA, Mauro. **O papel dos sistemas produtivos agroextrativistas no desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Texto apresentado em reunião técnica do MMA, Brasília, 5-7 nov. 2002. Publicado em 2002. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/M6D00051.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

BARCA, S.; MILANEZ, F. **Labouring the Commons: Amazonia's 'Extractive Reserves' and the Legacy of Chico Mendes**. In: RÄTHZEL, N.; STEVIS, D.; UZZELL, D. (Ed.). The Palgrave Handbook of Environmental Labour Studies. Cham: Palgrave Macmillan, 2021. p. 319-338. E-book. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-71909-8>. Acesso em: 25. set 2025.

BATAILLE, G. **A parte maldita: precedida de “A noção de dispêndio”**. Belo Horizonte: Autêntica Editora Ltda., 2023.

BOLLIER, D. **The Growth of the Commons Paradigm**. 2006

BOLLIDER, D. **Commoning as a Transformative Social Paradigm**. 2015

CITTON, Y. **Pour une écologie de l'attention**. Paris: Editions du Seuil, 2014.

GUATTARI, F. **Qu'est-ce que l'écophilosophie?**. Paris: Lignes, 2013.

GUATTARI, F. **Três Ecologias**. São Paulo: Papirus, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol.1**. São Paulo: Editora 34, 2011.

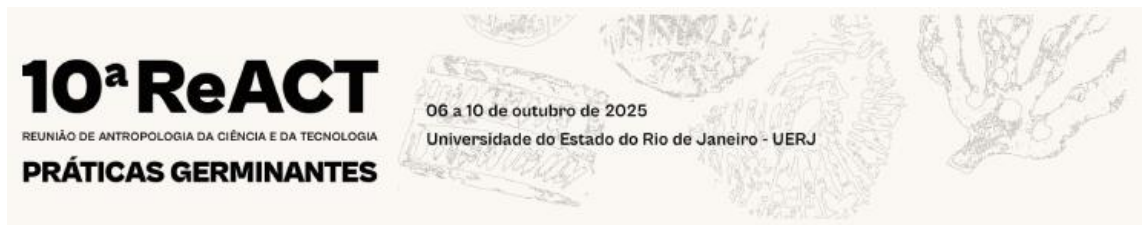
DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol.4**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HARDIN, G. **The tragedy of the commons**. *Science*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HARVEY, D.; **The future of the commons**, *Radical History Review*. n. 109, p. 101-107. Winter, 2011

HICKS, J. R. Marginal productivity and the principle of variation. In: **HICKS, J. R. The Theory of Wages**. Londres: Macmillan, 1932.

- KASTRUP, V. A aprendizagem da atenção na cognição Inventiva. *IN*: KASTRUP, V.; CALIMAN, L. **A Atenção na Cognição Inventiva: entre o cuidado e o controle**. Porto Alegre: Fi, 2023.
- KASTRUP, V.; CALIMAN, L. **Laboratório estético da atenção: o cultivo da atenção conjunta**. Curitiba: CRV, 2025.
- LATOUR, B. **Onde estou? – Lições do confinamento para uso dos terrestres**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- MARX, K. **O Capital - Livro 1**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, K. **O Capital - Livro 3**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MCKINNON, S. **Genética Neoliberal: Uma crítica antropológica da psicologia evolucionista**. São Paulo: Ubu, 2021.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Posfácio. *IN*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- POZZANA, L.; KASTRUP, V. Pista 3: Cartografar é acompanhar processos. *IN*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2016. v.2.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: LeBooks, 2018.
- ROBBINS, L. **The Nature and Significance of Economic Science**. London, 1932
- SANTOS, A. **Sraffa e Wittgenstein: notas sobre teoria econômica e jogos de linguagem**. São Paulo: EAESP-FGV, 1993
- SERRANO, F. **Notas sobre a interpretação sraffiana da teoria do valor de Marx**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2009
- SERRANO, F. **O Problema do Valor e a Teoria do Valor-Trabalho**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2008a



SERRANO, F. **O Problema do Valor e a Contribuição de Sraffa**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2008b.

SRAFFA, P. **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. São Paulo: Abril S.A Cultural, 1980.

VENTURINI, T. Diving in the Magma: How to Explore Controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**. Thousand Oaks: Sage, 2010.

VERGER, Y. **Sraffa and ecological economics**. 2015.

Reservas extrativistas: o que são e qual é a importância da principal herança de Chico Mendes. **WWF**. [S. l.], [2021]. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?81168/Reservas-extrativistas-o-que-sao-e-qual-e-a-importancia-da-principal-heranca-de-Chico-Mendes>. Acesso em: 26 sep. 2025.